

190

7601

1766

245

3

# Famílias vão à Justiça por terra krenak

Produtor garante que tem título de proprietário da área devolvida aos índios pelo STF

**Ana Lúcia Gonçalves**  
REPÓRTER

RESPLENDOR - As 87 famílias de produtores rurais que ocupavam os quatro mil hectares da reserva krenak - devolvida aos índios por decisão do Supremo Tribunal Federal na semana passada - vão entrar na Justiça com pedido de indenização pelas terras perdidas e pelas benfeitorias feitas no local. A informação é do presidente da 60ª subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Sindicato Rural de Resplendor, Hélio Silva Salgueiro.

O próprio Salgueiro é quem vai mover a ação. Ele tomará como base jurídica o fato de as famílias terem títulos de proprietários das terras fornecidos pelo Governo do Estado. Os títulos não foram considerados pela decisão do STF.

Salgueiro ainda não conse-

guiu concluir os levantamentos de benfeitorias existentes no local e o tamanho exato de cada área ocupada pelas 87 famílias, mas garantiu que até o próximo dia 20, o processo estará protocolado na Vara da Fazenda Pública, em Belo Horizonte. Embora ainda não saiba o valor total da indenização que será pedida pelos quatro mil hectares vendidos pelo Governo do Estado ao produtores, Salgueiro adiantou que todas as famílias têm direito a indenização.

Segundo o advogado, as construções da área são de "boa fé" e teriam sido elaboradas depois que os produtores pagaram pelas terras. "As famílias não compraram nada dos índios ou da União. Quem titulou os produtores foi o Estado", reforçou.

## PF diz que saída foi pacífica

O delegado da Polícia Federal de Governador Valadares, Hêlbio Dias Leite, que comandou a operação para cumprimento da decisão do STF de retirar as famílias da área krenak, em Resplendor, Leste de Minas Gerais, ficou surpreso com os resultados da operação. Ele apresentou, ontem, um balanço da operação de retirada das famílias. "Acreditava na possibilidade de conflitos ou pelo menos em casos de resistências isoladas, mas tudo correu dentro da maior tranquilidade", afirmou Leite.

A maior dificuldade encontrada, segundo o delegado, foi a

remoção dos bens, sobretudo das famílias mais pobres. As 87 famílias ocupavam apenas 38 fazendas. "Destas famílias, apenas 18 necessitam de assentamento", avaliou o delegado. A operação foi iniciada no dia 28 abril e terminou dentro da data prevista, na tarde da quarta-feira passada. Além dos quatro oficiais da Justiça Federal, 21 policiais federais e seis agentes da Funai trabalharam na operação. Uma equipe de policiais Federais continuam em Resplendor. "Além de reforço policial, eles vão prevenir possíveis incidentes entre fazendeiros e índios", disse Leite.